

Entre o BAC e o CIDAC

Augusto Matias

Animador Social

No início dos anos setenta apareceu um desodorizante com o nome de BAC. Uma curiosidade que talvez tenha gerado alguma confusão passageira na PIDE e uma ligeira estranheza nalgumas pessoas quando lhes chegou à mão, vindo da sombra, um boletim com o mesmo nome. Mas esse boletim explicava o significado da sigla. BAC era a abreviatura de *Boletim Anti-Colonial*. Esta publicação já não era um começo. Inscrevia-se na esforçada e persistente luta dos católicos progressistas contra a guerra nas colónias portuguesas de África. Um outro boletim, o *Direito à Informação* fizera a sua história ao longo dos anos sessenta, com a proeza de nunca ter sido descoberto num tempo em que a clandestinidade era uma tarefa difícil na luta pelo fim de um regime autoritário que, como todos os regimes desse cariz, assentava a sua sobrevivência na coacção dos direitos e das liberdades.

Já antes da guerra colonial os cristãos se tinham envolvido em acções políticas e militares contra o regime, nomeadamente através da JOC (Juventude Operária Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica). Mas com o início da guerra, constituíram-se alguns grupos informais, sem filiação partidária, que desenvolveram um processo que viria a prolongar-se para lá do 25 de Abril. Estes grupos eram maioritariamente constituídos por gente de profissões liberais, com alguma participação de clero, estudantes e militantes da área sindical. Querendo intervir na mudança política do país, em pouco tempo a sua acção passou de anti-fascista para anti-colonialista. Sendo o império colonial um dos pilares ideológicos do regime, cedo começou a ter-se consciência de que a guerra nas colónias era a realidade visível e quotidiana que trazia à superfície todos os problemas do regime e da sociedade portuguesa. O país estava a ficar exausto e o inconformismo misturado de medo respirava-se por todo o lado. Muita gente se questionava: a canalização da maior fatia do orçamento do Estado para uma guerra sem sentido, sem causa e sem futuro; a questão ética da guerra e da paz, da violência e do pacifismo, da dominação e da independência dos povos; a contenção do desenvolvimento industrial e mesmo do agrícola; a anulação legal feita ao artigo 8º da Constituição de 1933, proibindo o direito de associação, reunião e informação; o constrangimento das mulheres relativamente ao ensino e à participação cívica, como por exemplo nos actos eleitorais; quase toda a juventude, sobretudo a masculina, na guerra ou em fuga para a Europa central. O avivar destas e outras questões aliadas a um período de abertura

e renovação na Igreja universal animou os cristãos a envolverem-se numa causa que não só consideravam justa, mas necessária e urgente.

A formação do grupo denominado BAC, em 1972, corresponde à necessidade de melhorar a qualidade do trabalho realizado pelo grupo do *Direito à Informação* entre 1963 e 1971 e também de produzir a reflexão necessária para a compreensão do problema que a guerra representava.

Tal como entre os líderes africanos, também em Portugal crescia a consciência de que a guerra não era uma questão entre povos, mas que todos os povos envolvidos eram vítimas do mesmo regime político e sistema colonial.

Amílcar Cabral, líder da resistência na Guiné, repetia-o com muita simplicidade: *“Nós estamos absolutamente convencidos de que se em Portugal se instalasse amanhã um governo que não fosse fascista, mas fosse democrático, progressista, a nossa luta não teria razão de ser”*.

Antecedendo o trabalho deste grupo foram publicados, em 1971, os *Sete Cadernos sobre a Guerra Colonial* que tiveram um grande impacto em toda a oposição. Nuno Teotónio Pereira esclarece: *“Com a intenção de fazer luz sobre as guerras coloniais e os seus antecedentes, combatendo a total desinformação dos portugueses, o grupo do “Direito à Informação” abalçou-se a uma iniciativa de grande vulto: a organização de uma colectânea de textos e informações, perspectivando a guerra no seu contexto histórico. Foram assim organizados, publicados e distribuídos clandestinamente em 1971 os “Sete Cadernos sobre a guerra colonial”, com o subtítulo “Colonialismo e Lutas de Libertação”*.¹

A publicação do *Boletim Anti-Colonial*² começou em Outubro de 1972, tendo sido editados nove números ao longo de um ano. No primeiro número dizia-se: *“Este Boletim fornece informação; a informação leva ao esclarecimento e à decisão; o esclarecimento e a decisão devem provocar acções. A luta é urgente”*. Entre os *Sete Cadernos* e o *BAC*, foram elaborados dossiers de informação temática, dedicados às *baixas portuguesas na guerra colonial* (contabilizadas a partir da informação oficial diariamente publicada no *Diário de Notícias*), aos *crimes de guerra portugueses na guerra colonial* (violações da Convenção de Genebra, tratamento de prisioneiros, utilização de armas químicas, massacres de populações civis, como nos casos da Baixa do Cassange em Angola, de Pidjiguiti na Guiné-Bissau, de Mueda em Moçambique), à visita da missão da ONU à Guiné-Bissau em 1972.

Todo o trabalho era realizado de modo voluntário e pago pelos próprios ou através de quotizações entre amigos. Longe ainda de todas as tecnolo-

gias que hoje preenchem o nosso quotidiano, os recursos acessíveis eram mínimos. Além disso, tudo era realizado clandestinamente, com a sombra da PIDE sempre nas costas. Quaisquer atitudes ou comportamentos menos comuns ficavam sob suspeita. Era suspeito comprar várias resmas de papel ou muitos envelopes, entregar muitas cartas no mesmo correio ou comprar muitos selos, comprar material para máquinas de escrever ou *stencils* para máquinas duplicadoras, telefonar frequentemente para as mesmas pessoas, conversar em grupo nos cafés ou caminhar depressa na rua como quem leva uma missão. Era por isso necessário manter sempre activa a imaginação: arranjar envelopes de empresas ou de entidades religiosas, distribuí-los por várias pessoas para que os endereços tivessem letras diferentes, deixá-los em vários marcos do correio e distantes uns dos outros.

Mesmo assim, no meio de todas as dificuldades, o modo de agir do grupo tinha adquirido uma logística mais sustentada e algum profissionalismo. O seu funcionamento baseava-se num pequeno núcleo central, ligado por uma única pessoa a outros núcleos, estanques, cada um deles encarregado de uma tarefa específica, em particular ligada à difusão da informação, numa cadeia orgânica que visava manter a segurança de todo o trabalho realizado. Foi clandestinamente alugado um quarto numa casa de uma pessoa amiga e começou a estruturar-se um arquivo documental. A obtenção e divulgação da informação beneficiava de uma vasta rede de contactos, que incluíam, para além dos católicos progressistas, também os meios estudantis e sindicais, os movimentos e iniciativas ligados à oposição democrática, não deixando de fora os grupos que praticavam a luta armada, os meios militares. Através destes últimos, era possível fazer chegar aos quartéis, em Portugal e nas colónias, os documentos produzidos. E indirectamente, eles acabavam também por ser do conhecimento de responsáveis dos movimentos de libertação.

O objectivo era ter uma actividade continuada e em expansão relativamente à informação e, a partir daí, promover ou apoiar acções concretas que provocassem situações públicas de crise.

Estes objectivos tiveram várias expressões na multiplicação da informação a nível local e regional, mas em Lisboa tornaram-se sobretudo visíveis com duas iniciativas de maior impacto. Uma foi a Vigília pela Paz na noite de 31 de Dezembro de 1972, na Capela do Rato, com todos os efeitos sociais e políticos dela resultantes: de facto, essa acção tornou público o debate sobre a guerra colonial, desde os cafés até à Assembleia Nacional. A outra iniciativa foi a formação do semi-legal Movimento Justiça e Paz, também em 1972. No Porto já existia uma Comissão Justiça e Paz, dentro dos quadros possíveis na Igreja, que tinha produzido um importante documento, mas em Lisboa constituiu-se como Movimento por se

tratar de uma confluência de vários grupos e activistas. Segundo as conclusões do seu primeiro Encontro, em Julho de 1973, o Movimento Justiça e Paz definia-se “*como forma de congregar os esforços dos católicos pela liberdade, o direito à informação e o fim da guerra colonial*”. Também se intensificaram as actividades de divulgação mais aberta de documentos e informações, nomeadamente às portas das igrejas, sobretudo de Lisboa e do Porto. Em 1971/72, alguns missionários estrangeiros a trabalhar em Moçambique tinham denunciado a prática de vários massacres por parte das tropas portuguesas. A sua divulgação produziu uma grande indignação e maior agitação na luta anti-colonial. Uma acção também destacada, inclusive pelo seu simbolismo, foi a distribuição de panfletos de “*reflexão sobre a Igreja, o país e a situação de guerra*”, em Fátima, nos dias 13 de Maio e 13 de Outubro de 1973.

Mostrando uma ligação e um apoio mais explícitos aos movimentos de libertação, o grupo BAC editou ainda os “*Textos Políticos*” de Amílcar Cabral, no entender de muitos o mais carismático dos líderes africanos na luta de libertação das colónias portuguesas, e também aquele cujo pensamento era mais divulgado. Mas a descoberta das instalações do BAC, no final de Novembro de 1973, após um ano de intensa actividade, levou ao desmantelamento do grupo e à prisão de alguns dos seus membros que só viriam a ser libertados após o 25 de Abril, juntamente com todos os presos políticos.

Nome incontornável em toda a história dos católicos progressistas deste período é o de Nuno Teotónio Pereira que, juntamente com sua mulher Natália eram grandes animadores e agregadores de gente e de vontades. Desde cedo entrou também Luís Moita nesse círculo. O núcleo central do BAC era composto por Fátima e Manuel Brandão Alves, Rosário Leal de Oliveira, Gabriela Ferreira, José Dias, Luís Moita e Nuno Teotónio Pereira. O chamado “grupo do Porto” colaborou particularmente na elaboração dos *Sete Cadernos sobre a Guerra Colonial*: Mário Brochado Coelho, José Soares Martins, António Melo e Rui Vieira. Pedro Onofre, Luís Gorrão Henriques e Francisco Solano de Almeida responsabilizavam-se pela parte logística. O quarto onde se guardava a documentação do BAC ficava na casa de Luísa Sarsfield Cabral e Rui Peixoto cedeu um local no seu escritório onde estava instalado o stencil electrónico que gravava os textos a partir dos originais batidos à máquina. As cópias para distribuição eram duplicadas no policopiador existente na paróquia de Igreja Nova, com a cumplicidade do padre Ismael Nabais Gonçalves.

Depois do 25 de Abril, acompanhando a agitação política e social do momento, os católicos progressistas tinham-se repartido por vários partidos ou movimentos políticos e formado vários grupos enquanto cristãos. Nuno Teotónio Pereira e Luís Moita pensaram o que fazer com o acervo

de documentos que a PIDE tinha apreendido e arquivado na sua sede, com outras intenções. Em pouco tempo nasceu a ideia de organizar um Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial. Mas não se tratava de formar um arquivo morto para memória futura, ou não se tratava só disso. A questão colonial ainda não estava clara. Havia várias correntes no poder político e militar sobre os caminhos a seguir. Falava-se da possibilidade da implantação de um modelo neo-colonial, de adiar as independências o mais possível de modo a ganhar tempo para uma solução que não fosse a libertação das colónias, de confiar em que a evolução política em Portugal tomasse um rumo favorável à sua manutenção sob outra fórmula. Neste contexto e em consonância com outros movimentos políticos tinha todo o sentido continuar a prestar-se atenção e a dar apoio aos povos africanos das colónias portuguesas.

Foi assim que em Maio de 1974 nasceu o CIDA-C, Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial. Três anos depois, não fazendo já sentido a referência anti-colonial e em homenagem a Amílcar Cabral, o CIDAC passou a denominar-se Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral.

1. Publicados pela editorial Afrontamento, com o título *Colonialismo e lutas de libertação: 7 cadernos sobre a guerra colonial*, Porto, 1974 (Arquivo; 1)
2. Igualmente publicados pela Afrontamento, *Boletim Anti-Colonial*, Porto, 1975 (Arquivo; 2)